

CORUMBIARA

caso enterrado



elefante
EDITORA



1

Pontas soltas

“Sou o foragido da injustiça”, diz.

Soa original. Tenho nada mais que noções da trama que o trouxe até aqui.

O ponto de encontro é um posto de gasolina no meio da estrada. Pisca-alerta ligado. Tem de ser rápido e discreto. A gente se encontra e eles nos levam até a pessoa que procuramos. Ou que nos procura. Fui avisado pouco antes de que teria de fazer aquela entrevista, que não sei de onde surgiu. Fato é que a ideia me anima, despeja aquela adrenalina que surge de uma história exclusiva: um frio na barriga que consome o apetite e o sono enquanto não chega a hora. E agora estou aqui. A moça ao lado não para de falar. Um minuto, pelamor: ao menos um minuto para organizar as ideias.

O carro deles já chegou.

– Esses caras que estão com você são de confiança?

Como vou saber? É a primeira vez que os vejo. São de uma equipe de tv e foram chamados para dividir a pauta. Prefiro bancar: sim, são de confiança. E ele, é de confiança? Nem sei quem é, o que faz, por que é nosso intermediário. Na véspera me passaram o número de telefone para combinar os detalhes. Na conversa não se citam nomes e é prudente não falar em locais.

– Fica de olho nesse cara aí. Tô achando meio estranho. Será que é polícia?

Ele treme de tensão, e eu não fico por menos. Nunca fiz isso. Ele, pelo visto, tampouco. Começamos um sinuoso caminho que me parece impossível de repetir. É um amontoado de casas como qualquer outro. E eu, um amontoado de músculos travados, doídos, medrosamente abraçados aos ossos. O que vou encontrar pela frente? Não sei até que ponto é seguro. E se ele ficar contrariado?

Será um cara agressivo? Explosivo? A simples expressão, foragido da justiça, basta: prisão, morte, ilegalidade: medo. É preciso descer uma escada para chegar até a casa, escondida. Só piora.

A porta se abre. Ele não coloca a cara para fora. É baixo, parrudo, tem os olhos verdes, o cabelo raspado. “Sou o foragido da injustiça”, diz. Soa original. Tenho nada mais que noções da trama que o levou até aqui, a esse quarto e sala apertado e escuro: em 1995, sem-terra decidiram ocupar a fazenda Santa Elina, em Corumbiara, no interior de Rondônia. Rondônia que, no meu conceito, é floresta. Fazenda grande, para mim, é aquela que tarda uns dez minutos para percorrer a pé.

Em 9 de agosto de 1995, de madrugada, a Polícia Militar invadiu



atirando o acampamento dos posseiros e deixou nove mortos. Não entendo por que dois policiais também morreram. O rapaz que está na minha frente, Claudemir Gilberto Ramos, e um colega dele, Cícero Pereira Leite Neto, sem-terra, foram condenados, um enredo cuja lógica custa entender. “No dia do massacre, o sofrimento não só meu, mas de todos os que estavam no acampamento, foi a brutalidade da Polícia Militar junto com jagunço fardado, comandados pelos fazendeiros da região”, diz.

À medida que fala, revela certo grau de formação política. Crítica o capitalismo e a burguesia pelos problemas do país, avalia que o governo Lula foi freado por interesses financeiros, defende a terra como um direito e vê Jesus Cristo e Che Guevara como exemplos revolucionários. “Difícil” é palavra fértil em sua boca: difícil reconter a noite do massacre, difícil falar sobre o futuro das duas filhas, difícil tocar a vida estando foragido, difícil aceitar a condenação.

Os sem-terra tinham armas, ele admite, mas diz que eram armas fracas, de camponeses, insuficientes para resistir ao ataque de policiais e pistoleiros, e que na hora do tiroteio o que fez foi ficar deitado no chão. Não esperava pela ação, diz, porque na véspera houve uma negociação em que o major José Ventura Pereira, da PM, assumiu o compromisso de buscar uma saída pacífica. Claudemir afirma ter assistido à conversa, mas apenas como fotógrafo. “Não me considero uma liderança. Fazia parte de uma comissão que eu passei a ser considerado como uma liderança. Por ser considerado é que eu sofro até hoje, como se fosse um assassino.”

Deve ser horrível viver aqui. Sozinho, sem ver a família. O mundo continua girando, mas o dele parou. Maldiz os estatutos do tempo, que o levam para os 40 anos enquanto nada acontece. São 11 desde a primeira condenação, 12 desde que fugiu. “Tenho sofrido uma prisão psicológica. Para mim já tô cumprindo a pena até demais. Só não me entreguei porque acho injusto. Eu não cometi o crime. Sofro muito preconceito das pessoas que não têm conhecimento, como se eu fosse um assassino, como se tivesse de estar na prisão.”

Liberdade, justiça, covarde: a vida roda em falso, presa a um penoso passado que se apresenta todas as manhãs e não permite seguir em frente. A pena dele é de oito anos e meio e, com as regras de bom comportamento, já teria sido cumprida. Mas Claudemir considera que a perseguição em Rondônia ainda hoje seria muito grande e acabaria por levá-lo à morte. O histórico do estado é pouco alvissareiro para quem cobra reforma agrária: está sempre entre os primeiros da lista de assassinatos de líderes rurais elaborada todos os anos pela Comissão Pastoral da Terra, e corre contra o tempo para desbancar da liderança o Pará, o que ocorrerá já no ano seguinte, em 2012.

O sistema prisional tampouco é encorajador: Urso Branco, em Porto Velho, só perde para o Carandiru, em São Paulo, no número de mortes. O descontrole chegou ao ponto de nenhum agente público querer cruzar a porta do presídio. Um puxão de orelhas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos, levou o governo federal a chamar na chinha o estadual e a determinar que se retomassem as rédeas. Urso Branco é, agora, um presídio “comum” para os padrões nacionais: sujo, superlotado, um depósito humano de cheiro ácido que penetra pelas narinas e demora a abandonar o cérebro. A história dos detentos soa monótona quando se para nas linhas gerais: tráfico de drogas da vizinha Bolívia ou mortes banais: vingança, crime, dívidas de jogo. Onde falta Estado, sobra “justiça” feita com as próprias mãos. Onde faltam perspectivas, abundam desesperança e mão de obra disposta a matar por pouco.

Onde sobram exploração e fome, sobra gente disposta a ocupar. “O sonho, tanto meu como de tantas famílias lá dentro, era conseguir a terra prometida. Por todos os lados era comentado que aquela terra estava improdutiva e estava no processo de reforma agrária”, diz Claudemir. “Através disso foi onde ocupamos a Santa Elina para conseguir um pedaço de terra para trabalhar e ter uma vida digna. Não de empregado sendo explorado pelos grandes fazendeiros.”

Em 1995, segundo a lista dos sem-terra, 624 famílias ocuparam

a Santa Elina, ou um pedacinho dela: 150 de um total de 18 mil hectares recém-adquiridos pelo pecuarista paulista Hélio Pereira de Moraes. Os posseiros acreditavam ter obtido autorização para uma horta comunitária. Acreditaram errado. De manhãzinha, depois do tiroteio, os homens foram obrigados a deitar no chão. Não podiam olhar para os lados nem fitar os policiais. Foram pisoteados pelos companheiros. No balanço final, nove sem-terra mortos, dois PMS e um não identificado⁴. Claudemir guarda na orelha, machucada, as marcas das cutucadas de baioneta. “Pelo que as pessoas contam, fui jogado no caminho das pessoas mortas. Lá no hospital, junto com essas pessoas mortas onde estavam fazendo exames, foi onde acordei.”

O Ministério Público Estadual entregou à Justiça em 1996 a acusação contra quem considerava os responsáveis pelas mortes: quatro sem-terra, 19 policiais, um fazendeiro e seu braço direito. O promotor Elício de Almeida e Silva e o procurador José Viana Alves entenderam que Cícero, José Fernando da Silva, conhecido como Da Gata, Claudemir e o pai, Adelino Ramos, ludibriaram camponeses famintos e vulneráveis com a promessa de terra fácil para montar uma verdadeira guerrilha travestida de luta por reforma agrária. Quatro anos mais tarde, em Porto Velho, Claudemir, Cícero e três policiais acabaram condenados. Em 2004, os recursos se esgotaram.

A vida errante de Claudemir agora desembocava ali, mas logo poderia levá-lo a outro lado, sempre se esgueirando, andando pelos becos psicológicos, sem identidade, em um mundo paralelo que apenas às vezes se cruzava com o mundo de todos os outros.

4. Utiliza-se a contabilidade do Ministério Público, à diferença de não se considerar como sem-terra um rapaz não identificado. Há discrepâncias em relação ao número de mortos, como se verá adiante.

Angústia, tensão e tédio davam num túnel sem saída em que ele havia se enfiado, na mão única, sem direito a retorno. O ócio improdutivo era o pior tormento para alguém acostumado a agitação, debates, ação. Parecia infinitamente parado frente a uma bifurcação que não oferecia nenhum caminho razoável.

– Estou pensando em me entregar. Não aguento mais.

Uma ligação me surpreende. Mantivemos contato depois da publicação da entrevista, mas há alguns meses não nos falamos e, de todo modo, nunca havíamos tocado no assunto pelo telefone. Não falo seu nome nem abordo nada sobre sua história e sua localização. No começo de 2013, a confiança parece abalada. No labirinto de ideias, o desânimo ganhou a batalha. A prisão que criou para si, a vida em suspenso lhe coloca em posição de inferioridade, abaixo de todos os que seguiram suas vidas e agora têm um presente para contar, um futuro que ele não terá. A noção de que tudo está parado é uma tortura. No fim das contas, porém, a guerra sempre acaba vencida pela necessidade de ter razão, ou pelo medo da morte. Há uma teimosia não declarada na desobediência. Não cumprir a pena lhe tornava mais forte, moralmente, que os demais: condenados, sem-terra, promotor, juiz e fazendeiro.

Claudemir conhece os motivos para tocar adiante. Eu, não. Por que os sem-terra foram condenados? Por que um aceitou o veredicto e o outro, não? Por que, entre tantos réus possíveis, Claudemir foi escolhido? São muitas pontas soltas. É hora de andar por Rondônia.

2

Sai dessa terra que te pertence

Rondônia é um dos maiores boca a boca da história do Brasil. E é a demonstração de como o Estado pode incentivar que miséria e cobiça se encontrem em situações peculiares.

A excitação da floresta é substituída pela monotonia do pasto e da soja. Conhecer Rondônia é livrar-se, não livre de dor, do pré-conceito da Amazônia idílica. Andar o estado de ponta a ponta não é se valer de lindos rios, cercados de frondosa mata, mas de uma capinha de asfalto chamada BR 364, rodeada de lavouras, por onde caminhões cada vez mais furiosos e numerosos são convocados a escoar uma safra de grãos cada vez maior, e que a cada dia mais invade o que era vegetação nativa ou uma pequena propriedade capaz de produzir alimentos.

Que a força econômica se imponha, no Brasil e no mundo, não é novidade. Mas a velocidade e a dinâmica da formação de Rondônia constituem um episódio *sui generis* em que o Estado demonstra que nunca, absolutamente nunca, se cansa de errar. A década de 1970 represava tensão social, pobreza e repressão a gosto. Iniciada seis

